

**A. I. N°** - 233037.0099/03-8  
**AUTUADO** - MABEL ANDRADE DA COSTA  
**AUTUANTE** - ADHEMAR BISPO DE SOUZA  
**ORIGEM** - INFAZ ITABERABA  
**INTERNET** - 30. 06. 2004

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0230-04/04**

**EMENTA: ICMS. 1. SUSPENSÃO DA INCIDÊNCIA.** REMESSA PARA CONSERTO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DO RETORNO DAS MERCADORIAS. A suspensão da incidência nas remessas para conserto é condicionada ao retorno da mercadoria ou bem ao estabelecimento de origem no prazo estabelecido na legislação. Contribuinte comprovou o retorno de parte das mercadorias. Infração parcialmente caracterizada. **2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS DE SAÍDA. OPERAÇÃO TRIBUTADA DECLARADA COM NÃO TRIBUTADA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO.** Infração comprovada. **3. DEVOLUÇÃO DE MERCADORIA. FALTA DE DESTAQUE DO IMPOSTO NO DOCUMENTO FISCAL.** Devolução de mercadorias recebidas com destaque do imposto. Comprovado tratar-se de devoluções de mercadorias recebidas com utilização do crédito pela entrada, não tendo o contribuinte se debitado na saída. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/09/2003, exige ICMS, no valor de R\$8.198,06, acrescido da multa de 60%, em decorrência das seguintes irregularidades:

1-Deixou de recolher o imposto, no valor de R\$ 7.196,93, em razão de remessa de bens para conserto, sem o devido retorno.

2- Deixou de recolher o imposto, no valor de R\$ 221,17, em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas, referentes as NFVC n° 1073 a 1078, lançadas no LRS folha 8.

3- Deixou de recolher o imposto, no valor de R\$ 779,96, na devolução de mercadorias tributáveis, cuja entrada foi escriturada com utilização de crédito, e a respectiva saída deu com documento fiscal sem destaque de imposto.

Às folhas 112 a 114, foi acostado ao PAF um Requerimento de Parcelamento de Débito, Demonstrativo de Débito e o extrato do SIDAT, referente à parte da Infração 03.

O autuado apresentou defesa tempestiva, à fl. 117, argumentando:

1-Em relação à Infração 01, que todas as notas de remessa para conserto teve seu retorno conforme cópias às folhas 121 a 203.

2-Quanto à Infração 03, que a Nota Fiscal n° 47, de 25/03/02, foi cancelada, por ter o destinatário errado e substituída pela de n° 48, de 05/04/02, cobrada em duplicidade devendo ser retirada do

Auto de Infração, pois a mesma refere-se ao mesmo aparelho telefônico “NF 7191-15 NOKIA 7160”, conforme cópias às folhas 118 a 120.

Ao finalizar, requer pela procedência em parte da autuação.

Na informação fiscal, à fl. 205, o autuante argumenta que na defesa o contribuinte reconheceu parcialmente o débito, parcelando o valor de R\$649,91 e apresentou parte dos documentos fiscais referente ao retorno de mercadorias remetidas para conserto (Infração 01), implicando numa redução no valor do imposto exigido de R\$ 7.196,93 para R\$ 2.309,43 (Anexo nº 01).

Em relação à Infração 03, aduz que não há qualquer prova de que a Nota Fiscal nº 47 tenha sido cancelada e substituída pela Nota Fiscal nº 48, como alega o autuado, devendo ser mantida na autuação.

Ao finalizar, diz que acata parcialmente os argumentos da defesa, no que se refere à Infração 01, na forma apresentada acima, mantendo as demais.

Às folhas 208 e 209, o autuado foi intimado para manifestar sobre os novos documentos acostados na informação fiscal.

O autuado, fl. 211, impugna a nova planilha do autuante e anexas diversas cópias das notas fiscais, para comprovar a inexistência das acusações, fls. 212 a 218. Aduz que o autuante não abateu os valores corretos.

O PAF foi submetido à pauta suplementar, tendo a 4ª JF decidido por sua conversão em diligência a ASTEC, para que fosse atendido o solicitado à fl. 221.

Cumprida a diligência, o auditor fiscal designado, através do PARECER TÉCNICO Nº 0023/2004 às fls. 223 a 225 dos autos, após descrever o que foi pedido pelo Relator, o procedimento do autuado e do autuante e de como foi realizado o trabalho diligencial, assim concluiu:

- a) Relativo à Infração 01, efetuou o ajuste na forma solicitada, tendo elaborado demonstrativo com proposição de redução do valor de R\$ 2.309,43 elaborado pelo autuante para o valor de R\$ 2.139,43, conforme anexo I, fls. 226 a 229.
- b) Relativamente à Infração 03, o valor remanescente de R\$ 130,05, decorre da não aceitação pelo autuante do cancelamento da Nota Fiscal 47, que trata de questão de mérito.

A INFAZ- Itaberaba, por meio das intimações de fls. 233 a 234, cientificou o autuado e o autuante, para se manifestarem com relação ao Parecer da ASTEC.

Em sua nova intervenção às fls 236 a 238 dos autos, o autuado diz que verificou divergências entre os valores das remessas para conserto e devolução de conserto, a qual não incide ICMS conforme o art. 627, do Decreto 6.284/97, pois pelo próprio levantamento da ASTEC foram comprovados os referidos retornos.

O Autuante acatou o novo valor indicado pela ASTEC, fl. 250.

## VOTO

Inicialmente, em relação à Infração 02, a mesma deve ser mantida uma vez que não existe lide em relação a mesma, pois o autuado em sua defesa não contestou a acusação.

Quanto a Infração 01, entendo que o argumento defensivo de que todas as mercadorias enviadas para conserto retornaram não pode ser acolhido. É que a diligência da ASTEC comprovou que somente parte das mercadorias retornaram, tendo elaborado novo demonstrativo do imposto, com o qual concordo, devendo o valor da infração ser reduzido para R\$2.139,43, conforme demonstrativo de fl. 229.

Em relação à Infração 03, não existe nos autos do PAF a comprovação de que a Nota Fiscal nº 47, foi efetivamente cancelada. Desse modo entendo caracterizada a infração no valor originalmente exigido.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$3.140,56.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 233037.0099/03-8, lavrado contra **MABEL ANDRADE DA COSTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.140,56**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de junho de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR